

Novos argumentos para a Palestina

Claudio Katz* | Tradução: Roberto Mansilla

Publicado em: 01/06/2021 02h57

<https://esquerdaonline.com.br/2021/06/01/novos-argumentos-para-a-palestina/>

Vários membros ou descendentes da comunidade judaica assinaram um novo apelo de solidariedade com o povo palestino. Pedimos a multiplicação dos protestos contra os assassinatos na Cisjordânia, os bombardeios em Gaza e os ataques aos árabes em Israel [\(1\)](#).

Nesta declaração destacamos a incompatibilidade das raízes, tradições e valores da cultura judaica com os massacres perpetrados pelo exército israelense. Esses crimes destroem o fundamento humanístico de um legado milenar propenso à irmandade dos povos.

Aqueles de nós que conheceram os sobreviventes do holocausto na infância não podem ficar em silêncio. É ultrajante ouvir como os opressores são comparados aos oprimidos, retratando o confronto no Oriente Médio como uma “guerra entre dois adversários”.

Os resistentes do gueto de Varsóvia não eram um “lado em conflito” com a máquina do nazismo. Eles foram rebeldes heroicos contra o cerco imposto por um batalhão genocida. Israel também está exibindo atualmente sua esmagadora superioridade militar contra vítimas indefesas. Ele transformou Gaza em um campo de tiro, transformou a Cisjordânia em um labirinto de prisão e maltratou os árabes israelenses como cidadãos de segunda categoria.

Este cenário brutal é particularmente chocante para os descendentes de judeus na América Latina, que conheceram os tormentos sofridos durante as ditaduras dos anos 70. A identificação insultuosa de militantes palestinos com “grupos terroristas” nos lembra da equiparação de lutadores populares com “sedição” levada a cabo pelos militares da época.

Nas últimas três décadas, os militares israelenses fortaleceram os laços com as forças repressivas na América Latina. Eles estabeleceram uma sociedade sombria no submundo da espionagem e do tráfico de armas. Nas principais operações regionais de “contra insurgência”, há sempre um conselheiro militar israelense.

Na Colômbia treinam paramilitares no assassinato de líderes sociais. No Chile ensinam a atirar nos olhos dos manifestantes. Na América Central comandam operações de guerra suja. O maior exportador per capita de armas do mundo tem aberto um grande mercado para seus produtos na região de maior violência social do planeta. Eles comercializam os drones e mísseis que usam em suas fronteiras. Cada operação em Gaza é coroada por uma feira de vendas dessas armas.

É inadmissível validar essa selvageria ou imitar a indiferença exibida por grande parte da sociedade israelense. Após várias décadas de doutrinação e militarização, eles naturalizaram a desumanização. Nem mesmo o assassinato de crianças provoca reações compassivas. A ideologia sionista, o sistema educacional e o longo serviço militar habituaram uma parte significativa da população daquele país a viver com crueldade, vingança e castigo coletivo aos palestinos.

Essa validação do terrorismo de Estado foi acentuada nos últimos 20 anos de governos de direita. As antigas correntes trabalhistas perderam sua gravidade diante do fundamentalismo ideológico ou religioso e consolidou-se o protagonismo dos colonos, que implantam diariamente a violência na Cisjordânia. Felizmente, a nova onda de protestos juvenis denunciando esses abusos encontra eco crescente em todo o mundo.

Incursoes para o redesenho imperial

Existem numerosos indícios do envolvimento pessoal de Netanyahu na recente escalada de provocações contra os palestinos. Os despejos em Jerusalém Oriental, as batidas na mesquita de Al Aqsa e a intensificação do cerco em Gaza coincidiram com a aproximação de um julgamento por corrupção que pode derrubar o primeiro-ministro. O direitista reeleito tentou contornar essa ameaça política com apostas militares [\(2\)](#).

Mas a nova sequência de derramamento de sangue também visava influenciar a política externa dos Estados Unidos. Biden confirmou a prioridade da disputa geopolítica com a China, sem definir se essa estratégia incluirá a crescente tensão com o Irã promovida por Trump ou a limitada negociação patrocinada por Obama.

Netanyahu aquece as tensões militares para promover a primeira alternativa e impedir a retomada de qualquer acordo com Teerã. O bombardeio de Gaza foi uma mensagem combinada com todos os falcões de Washington.

Israel não opera mais apenas em um pequeno território do Mediterrâneo. Possui armas nucleares e ambições claras de controlar o gás na costa, os recursos da Síria e o território da Cisjordânia. Participa ativamente da reconfiguração imperial da região e aproveita a destruição sofrida por seu principal rival fronteiriço para reforçar a anexação do Golã.

A demolição do Iraque e da Líbia também consolidou esse expansionismo. Israel acompanha o projeto dos EUA de redesenho regional, disseminação de mini estados falidos e implantação de forças para neutralizar o Irã.

Com a demonstração virulenta de seu poderio militar, Israel conseguiu subordinar vários estados árabes. Estendeu aos Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Marrocos as relações diplomáticas que restabeleceu há várias décadas com Egito e Jordânia. Autoridades de Tel Aviv também estão se aventurando mais longe. Eles intervieram na balcanização do Sudão e estabeleceram laços com as elites africanas em desacordo com seus rivais no universo árabe-muçulmano.

O fornecimento de tecnologia militar está no topo da agenda de todas as atividades internacionais no país. A justificativa sionista dessa liderança guerreira perdeu suas velhas máscaras. Ninguém pode afirmar hoje que Israel está se militarizando para defender suas fronteiras de mais numerosos inimigos. A pequenez de seu território contrasta com o gigantismo de seu poder destrutivo. Usa especialmente esse arsenal para ignorar as resoluções desfavoráveis que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova periodicamente.

Essa impudência é baseada no apoio incondicional dos Estados Unidos. Sem o apoio fornecido pelo Pentágono, a grosseria de Israel seria impraticável. O famoso lobby sionista em Washington consolida uma harmonia baseada na integração da minipoder ao tecido interno do imperialismo norte-americano.

Esse amálgama foi inaugurado pela sucessão de guerras que consolidaram o projeto sionista nos anos 1950-70. O enredamento com Washington posteriormente levou ao novo perfil co-imperial exibido por Israel. Nessa transformação, o sionismo perdeu sua exclusividade judaica e foi vinculado a diferentes redes de fundamentalismo cristão neoconservador.

Colonialismo, anexação e apartheid

A recente incursão em Gaza repetiu a selvageria habitual. Durante onze dias, o exército destruiu edifícios, instalações públicas e hospitais. Ele assassinou centenas de adultos e crianças e pulverizou o programa de contenção Covid.

Foi a quarta incursão em um enclave que acumulou milhares de vítimas desde 2008. As bombas destroem famílias frequentemente e os assassinatos direcionados matam os líderes da resistência. Quando os colonos israelenses deixaram o local em 2005, os ataques se repetiram a toda velocidade e sem qualquer consideração pela população civil. Com o bloqueio de todas as saídas terrestres e marítimas, Gaza foi transformada em uma prisão a céu aberto. Os colonos apoiam uma forma lenta, mas sistemática de limpeza étnica. Outro modelo de ocupação prevalece na Cisjordânia. Os colonos usurpam o território demolindo todos os vislumbres da vida normal, para remodelar as fronteiras conforme sua conveniência. Eles capturam as parcelas mais valiosas e fortalecem a constelação de cantões que destruiu a articulação interna da área.

O acordo de Oslo (1993) acelerou esse processo de apropriação da terra e da água. A população palestina foi relegada a cidades recortadas que lembram o antigo diagrama do bantustão sul-africano.

Os árabes israelenses que permaneceram no território original do estado sionista sofrem de uma terceira variante do apartheid. Eles constituem uma minoria marginalizada que atualmente compreende 20% da população israelense, em um armário de cidadãos formais sem direitos reais. Eles estão desarmados diante de uma maioria treinada em um dos serviços militares mais longos e permanentes do mundo.

Israel mantém um sistema de propriedade estatal de terras aráveis para garantir a primazia dos judeus. O regime jurídico também garante aos recém-chegados todos os direitos negados à população original. Um judeu de qualquer parte do mundo tem mais prerrogativas do que os antigos habitantes do lugar. Com esse sistema institucional, outra variante das teocracias vigentes no Oriente Médio surgiu, de fato.

O estado de Israel fragmenta a população palestina em três tipos de prisão. Os colonos administram a prisão da Cisjordânia, os soldados guardam os bares de Gaza e o sistema político enclausura os antigos residentes árabes. Com as expulsões e o apartheid, toda a sociedade palestina foi dilacerada.

Essa cirurgia foi intensificada durante o mandato de Trump. O magnata encorajou a ocupação definitiva da Cisjordânia e abençoou as novas paredes e corredores administrados pelos colonos. O reconhecimento internacional de Jerusalém como capital de Israel seria o toque final dessa apropriação.

Basta observar os sucessivos mapas de Israel (1948, 1973, 2001, 2021) para verificar a impressionante expansão de seus territórios. O sionismo programou metodicamente esse projeto colonialista. Em seus primórdios, justificou a criação de uma “casa nacional judaica”, reivindicando direitos milenares estipulados nas escrituras da Bíblia.

Posteriormente, ele apresentou o mesmo objetivo como uma reparação internacional pelo sofrimento sofrido pelo Holocausto. Mas ele omitiu que tal compensação não deveria ser baseada no sofrimento de outro povo. Com sucessivas implantações de colonos estrangeiros, acabou reproduzindo a tragédia vivida na Europa no Oriente Médio. A Palestina não era uma “terra vazia” à espera de uma enxurrada de imigrantes. Abrigava uma massa de habitantes organizados em comunidades multiétnicas, que foram submetidos à tortura da Nakba (“Catástrofe”).

Os administradores do decadente império inglês iniciaram aquele desastre, por meio da típica remodelação do mapa que em todos os continentes consumiram sem consultar os envolvidos. A maioria dos habitantes da Palestina se opôs à partição forçada de 1948 e a consequente expulsão da população original. Famílias que fugiram, foram enganadas ou perderam seus pertences sob a mira de uma arma de fogo automaticamente se transformaram em refugiadas, privadas do direito elementar de retorno às suas casas.

A partir desse momento, Israel enfrenta o dilema insolúvel de seu projeto colonialista. Deve lidar com uma massa de colonos que não pode absorver, expulsar ou exterminar. No final da guerra de 1967, os palestinos não repetiram a fuga de 1948. Diante do dramático e conhecido destino dos refugiados, eles decidiram permanecer em suas casas e iniciar a resistência.

Nos últimos sessenta anos, Israel respondeu a essa defesa com violência, massacres e muralhas, mas não foi capaz de resistir aos efeitos da demografia. A presença de sete milhões de palestinos entre sete milhões de israelenses torna o terrível ideal do sionismo inviável. O genocídio perpetrado com os índios nos Estados Unidos (e seu subsequente

esmagamento em remotas reservas de fronteira) não pode ser repetido em um pequeno território no Oriente Médio. O colonialismo no século 21 enfrenta vários obstáculos.

Fracassos e resistência

Netanyahu realizou seu novo massacre em Gaza, mas não derrotou a resistência. Ele destruiu edifícios e assassinou crianças sem conter a chuva de foguetes. Nem desmontou os túneis construídos pelo Hamas para armazenar esses mísseis. Para demolir aquela estrutura, ele precisava de uma nova invasão que preferia evitar. Ele optou por aceitar a trégua, enfrentando a perspectiva sombria de ser atolado em outra incursão territorial. Ele lembrou que a última tentativa de ocupação de Gaza levou à retirada forçada de colonos e soldados.

Igualmente chocante foi a resistência dos palestinos na Cisjordânia. Eles lutaram com sucesso uma sucessão de pequenas batalhas contra o invasor. Em Jerusalém, eles pararam a introdução de novos controles, impediram o despejo de famílias de um bairro cobijado pelos expansionistas e pararam as provocações na mesquita de Al Aqsa (3).

Mas a maior surpresa veio de dentro de Israel. Pela primeira vez em muito tempo, os árabes daquele território juntaram-se publicamente aos protestos de rua. Os atos e a greve geral nas chamadas cidades mistas retrataram a força combativa de uma nova geração.

Essa intervenção reacendeu a unidade dos palestinos fragmentados em três segmentos pelo sistema colonial. A greve em Israel, as manifestações na Cisjordânia e a resistência em Gaza permitiram recuperar o potencial militante de toda uma nação oprimida.

A violenta resposta israelense, por sua vez, reativou a centralidade da causa palestina no mundo árabe. Pesquisas recentes confirmaram o apoio esmagador a essa luta e a rejeição da cumplicidade dos governantes com o inimigo sionista (4).

A luta palestina recuperou o ímpeto. Eles não conseguiram recuperar suas terras ou construir um estado, mas consolidaram a legitimidade de sua reivindicação. Israel não pode ignorá-los, nem apagá-los do cenário internacional. Deve disfarçar as velhas proclamações do sionismo, que clamavam pela “solução do problema palestino entre os próprios árabes”, usando “o grande espaço que existe para eles em outras partes do Oriente Médio”.

A atual eclosão do conflito também coloca em apuros os recentes “acordos abraâmicos” que Israel assinou com vários emirados. Os reis justificaram essa traição com a promessa ridícula de induzir Netanyahu a moderar seu anexionismo.

Os sionistas enfrentam um cenário complexo que destrói o sistema israelense. As críticas à última operação aumentaram e a memória das derrotas militares e reveses geopolíticos reapareceu. Israel conheceu o gosto amargo da retirada na guerra de 1973 e na saída do sul do Líbano em 1982. A nova resistência palestina começou a quebrar o triunfalismo dos últimos tempos.

Dois Estados ou um Estado?

Israel implementa sua expansão com uma grande demonstração de hipocrisia. Pretende o caráter provisório das ocupações, que vai se transformando gradativamente em desapropriações definitivas. Desta forma, transforma as melhores partes da Cisjordânia em sólidos assentamentos protegidos por postos de controle militares.

Quando devem comentar esses confiscos, seus porta-vozes recorrem a pretextos inaceitáveis. Eles se aproveitam da cumplicidade da “comunidade internacional”, que encobre todos os delitos dos sionistas com um comunicado ocasional. A diplomacia europeia especializou-se neste tipo de pronunciamento verbal desprovido de efeito prático.

A contínua expansão territorial de Israel demoliu o sonho dos dois estados, promovido pelos signatários do acordo de Oslo. Este acordo nunca contemplou a constituição real de um estado palestino. Omitiu o retorno dos refugiados e encobriu a multiplicação de assentamentos judeus. Mascarou esse avanço da colonização até que a direita capturou o governo israelense e enterrou o disfarce inútil das anexações.

Essa expansão do colonialismo também foi pavimentada pela capitulação da OLP, que ofuscou sua história heroica de resistência ao aprovar um acordo que tornou a criação do Estado palestino impossível. Esse endosso afetou a credibilidade da autoridade nacional palestina. Esta atualmente exerce funções administrativas na Cisjordânia em coexistência com os ocupantes. Sua dependência financeira das ditaduras e monarquias corruptas do Oriente Médio não deixa de estar relacionada à atitude submissa que ela adotou nas últimas décadas. A ausência de eleições impossibilita verificar o grau de apoio efetivo que mantém junto à população, diante da grande influência conquistada por setores (como o Hamas), que rejeitaram a submissão ao expansionismo israelense.

A solução de dois estados foi totalmente enterrada nos termos atuais. Somente uma grande derrota para Israel forçaria o ocupante a negociar as duas cláusulas necessárias para ressuscitar aquela saída: a retirada para as fronteiras de 1967 e alguma reconsideração do retorno dos refugiados.

Nenhum esboço do Estado palestino é viável sem atender a essas demandas. A retirada do território conquistado na Guerra dos Seis Dias é fundamental para a integração da Cisjordânia com a Jordânia e a dívida com os refugiados significa negociar diferentes alternativas de reparação. No contexto da crise criada pela primeira intifada e do impasse militar no sul do Líbano, houve conversas (Taba, Genebra) que vieram avaliar um indício dessas possibilidades.

Os partidários da retomada desse caminho costumam discordar sobre como torná-lo efetivo, mas concordam que é a única solução realista no cenário atual (5). Na mesma linha, outros imaginam que Jerusalém poderia se tornar um micromodelo dessa solução, se a cidade fosse unificada e ao mesmo tempo dividida em uma capital israelense

ocidental e uma capital palestina oriental (6). O objetivo mais desejável de um esquema confederativo poderia no futuro suceder aquela primeira grande conquista.

Os críticos desta proposta destacam a obsolescência dessa saída. Eles acreditam que o projeto de dois estados poderia ter funcionado no passado, mas foi soterrado pela frustração de Oslo e a transformação da Cisjordânia em um anexo de Israel. Eles se propõem a retomar a velha tese da OLP de forjar um único estado secular e democrático (7). Esse visual ganhou seguidores em diferentes segmentos juvenis (8).

Favorável a esse processo é apresentado o antecedente sul-africano do dismantelamento do apartheid. Para preservar seus privilégios econômicos, a minoria branca concordou em generalizar o status de cidadão e compartilhar o sistema político com as elites negras. Também deve ser lembrado que a economia sul-africana integrou trabalhadores negros explorados em suas atividades e a colonização israelense expulsa os palestinos de suas terras para se apropriarem de seus meios de subsistência.

Os promotores de um único estado também destacam a maior afinidade de sua abordagem com as campanhas internacionais de solidariedade à Palestina e boicote à economia israelense (BDS). Eles enfatizam que esta estratégia também reconstrói as pontes entre duas comunidades opostas. Em mobilizações recentes, israelenses e palestinos compartilharam plataformas exibindo sinais promissores dessa convergência.

Sionismo, judaísmo, antissemitismo

Qualquer expressão de solidariedade com a Palestina enfrenta a resposta difamada imediata do establishment sionista. Os críticos do Estado de Israel são acusados de ignorar os “direitos do povo judeu”, como se essas prerrogativas devessem se materializar com a opressão de outra comunidade. O colono que confisca lotes destrói os direitos dos outros, em vez de exercer os seus. O mesmo é verdade para um soldado que responde com balas às pedras atiradas pelos resistentes.

Os sionistas contra-atacam identificando qualquer questionamento de Israel com antissemitismo. Mas eles esquecem que as vítimas palestinas de seus massacres compartilham as mesmas raízes semíticas dos colonos judeus. As acusações de antissemitismo lançadas sem rima ou razão, visam recriar medos ancestrais divorciados da realidade contemporânea. Ele imagina a persistência de um grande assédio universal aos judeus, que Israel iria combater com exibições de brutalidade militar.

Mas hoje as comunidades judaicas do mundo não enfrentam nenhum perigo significativo. E o eventual reaparecimento dessa ameaça não seria amenizado pelo assassinato de crianças de Gaza. Os sionistas reavivam o medo do antissemitismo, para erodir a coexistência (e mistura) dos judeus com as diferentes comunidades de seus países de origem. Eles recriam diferenças e criam antagonismos para encorajar a emigração para Israel.

Os judeus que rejeitam essa política de segregação e hostilidade ao meio ambiente são apresentados como traidores da comunidade (“eles se odeiam”). A simples busca de

coexistência e integração é desaprovada pelos forjadores de uma identidade separada. Eles também exacerbam os velhos modos de nacionalismo reacionário, para justificar a expropriação colonial no Oriente Médio com alusões missionárias à supremacia de um “povo eleito”.

Toda a estrutura conceitual do sionismo se baseia na identificação incorreta do judaísmo, do estado de Israel e do sionismo. Eles confundem três conceitos muito diferentes. O Judaísmo é a religião, cultura ou tradição de um povo espalhado por muitos países. Em vez disso, Israel é uma nação que emergiu da partição e colonização do território originalmente habitado pelos palestinos. Ao mesmo tempo, o sionismo é a ideologia colonialista que justifica essa expropriação, com teorias extravagantes de propriedade exclusiva daquela área para imigrantes judeus. O antissionismo critica essa concepção retrógrada, sem adotar atitudes antijudaicas ou anti-israelenses [\(9\)](#).

O sionismo obscurece essas distinções, para apresentar a luta palestina como uma ameaça à sobrevivência dos israelenses no Oriente Médio e dos judeus no resto do mundo. Ele interpreta os apelos “para destruir o Estado de Israel” (repetidos pelos líderes do Irã e de várias correntes islâmicas), como uma corroboração de suas advertências.

Mas em seu formato inicial, a velha declaração não era um apelo para cometer atos de genocídio ou exílios forçados. Ele propôs a substituição da monstruosidade criada pela partição (estado de Israel) por uma nova estrutura estatal secular e democrática composta por todos os habitantes do território.

Depois de várias décadas, esse cenário mudou e em Israel uma nação foi forjada no objetivo (idioma, território, economia comum) e subjetivo (laços culturais passados e compartilhados). Os direitos nacionais dos israelenses têm a mesma validade daqueles reivindicados pelos palestinos e é por isso que a demanda por um único estado deve incluir atualmente o componente binacional.

Um emblema na América Latina

Os sionistas não lutam uma simples batalha de ideias contra seus oponentes. Eles consolidaram uma rede de interesses no topo do poder econômico, militar e midiático dos Estados Unidos, que se projeta para outros países com a gravidade da comunidade judaica. Eles influenciam governos, compartilham atividades com lados cristãos ou evangélicos reacionários, administram fundos milionários e controlam instituições, fundações e museus.

Essa presença é muito visível na América Latina e especialmente na Argentina. Nesse país, a direita sionista conquistou a liderança dos principais órgãos da comunidade judaica, consolidou laços com o macrismo e conseguiu neutralizar (ou silenciar) o progressismo, após os ataques não resolvidos à embaixada e à AMIA. Alberto Fernández iniciou seu mandato com uma viagem louvável a Israel.

A proteção oficial e a idolatria que Israel desperta na mídia hegemônica também fortaleceram as campanhas antipalestino. A reclamação feita, por exemplo, por um deputado à esquerda dos atentados em Gaza, foi recentemente sucedida por uma pressão virulenta para expulsá-lo do Parlamento.

Em uma escala regional, o sionismo está fortemente envolvido em ações de golpe contra a Venezuela. Eles não esquecem a enorme simpatia gerada pelos pronunciamentos de Chávez na Palestina. O gestor do processo bolivariano destacou as raízes comuns das lutas populares que estão sendo travadas na América Latina e no mundo árabe. Ele destacou a resistência ao saque de recursos naturais, em duas regiões que sofreram o mesmo despojo e agressão do imperialismo norte-americano.

Washington cobiça petróleo da Venezuela e do Oriente Médio. É por isso que atormenta todos os países que protegem suas riquezas e tem procurado emular o militarismo israelense na América Latina, montando um apêndice bélico muito semelhante na Colômbia. Mas não pode neutralizar a enorme simpatia pela causa palestina em toda a região.

A Palestina é o grande emblema dos jovens que desafiam os gendarmes nas ruas de Cali, Santiago ou Lima. Representa uma rebelião heroica contra a injustiça que desperta admiração em todos os cantos da América Latina. A Palestina está muito presente no coração de nossos povos.

Retomar

As atrocidades cometidas pelo exército israelense provocam novos protestos entre os herdeiros da tradição humanista do judaísmo. Essa reação é maior na América Latina, diante da importação pela direita dos métodos brutais usados no Oriente Médio. Com as anexações e o apartheid, Israel participa do redesenho imperial da região, mas seu projeto colonialista não é viável no século XXI.

A resistência em Gaza, na Cisjordânia e nas cidades mistas reconstrói o tecido fragmentado dos palestinos. A solução de dois estados exigiria reparação para os refugiados e o duvidoso fim da ocupação. É por isso que o projeto de um Estado único, binacional, laico e democrático ganha adeptos. É preciso distinguir a cultura judaica e a nação israelense do expansionismo sionista e sustentar uma luta palestina que desperta admiração na América Latina.

*Economista e professor da Universidade de Buenos Aires (Sua página na internet é: www.lahaine.org/katz)

**Publicado originalmente em <https://rebellion.org/nuevos-argumentos-por-palestina/> em 31.05.2021. Traduzido por Roberto Mansilla (Professor da rede municipal do Rio de Janeiro da Resistência/PSOL)

NOTAS

- (1) <https://ernestovillegassite.wordpress.com/2021/05/25/raices-judias-contragenocidio-en-palestina/> Fórum internacional «Raíces judaicas contra o genocídio na Palestina» YouTube: <https://bit.ly/3yItyYE>
- (2) Armênio, Nazanin. Palestina: um genocídio em câmera lenta, 18/05/2021 ver em https://www.youtube.com/watch?v=-lJqWharLs&feature=emb_imp_woyt
- (3) Jamal. Operação “Guardião das Muralhas” Não Reparará as Muralhas do Apartheid de Israel, 15/05/2021. <http://rebellion.org/la-operacion-guardian-de-los-muros-no-reparara-los-muros-del-apartheid-de-israel>
- (4) Harb, Imad. O fracasso absoluto dos acordos abraâmicos, 21/05/2021, <https://rebellion.org/el-absoluto-fracaso-de-los-acuerdos-de-abraham/>
- (5) Chomsky, Noam; Achcar, Gilbert (2007). Estados perigosos: Oriente Médio e política externa americana. Barcelona: Paidós (cap. 5)
- (6) Margalit, Meir. Em Israel, todos trabalham pelo direito, 18/05/2021. <https://cambiopolitico.com/meir-margalit-en-israel-todo-el-mundo-trabaja-para-la-derecha-entrevista/159931/>
- (7) Pappé, Ilan. Podemos contar os dias até o próximo ciclo de violência, 23-5-2021, https://www.eldiarioar.com/mundo/illan-pappe-historiador-israeli-contar-dias-proximo-ciclo-violencia_128_7963376.html
- (8) Baroud, Ramzy, Devemos superar o apartheid na Palestina. A solução de um Estado não é ideal, mas é justa e possível, 07/12/2020, <https://rebellion.org/la-solucion-de-un-estado-no-es-ideal-pero-es-justa-e-possivel/>
- (9) Katz Claudio. Os argumentos para a Palestina, 4-9-2006, <https://katz.lahaine.org/los-argumentos-por-palestina/>

Marcado como:

[PALESTINA](#)

Publicado em: 01/06/2021 02h57 Modificado em: 03/06/2021 10h24